

História e filosofia na episteme de Edward Hallett Carr: entre a utopia e a realidade, exemplaridade histórica e predição

History and philosophy in the episteme of Edward Hallett Carr: between utopia and reality, historical exemplarity, and prediction

Fernando Vale de Almeida

Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História, Campus Darcy Ribeiro, Brasília – DF, Brasil (fernandovalealmeida@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-4215-5399>

Resumo

Para além da análise factual das relações internacionais do Entreguerras promovida por Edward Carr - esta fadada ao natural envelhecimento -, duas características/contribuições de sua obra devem ser analisadas, continuamente, haja vista suas importâncias para a compreensão do sistema internacional hodierno: pujança preditiva e contribuição filosófica. Este artigo, portanto, tem por intuito analisar, sob o ponto de vista da História e da Filosofia, essas vertentes da episteme de Carr.

Abstract

Beyond the factual analysis of the international relations in the Interwar period promoted by Edward Carr - which is subject to natural aging - two characteristics/contributions of his work must be continuously examined, given their importance for understanding the contemporary international system: predictive prowess and philosophical contribution. This article, therefore, aims to analyze, from the perspective of History and Philosophy, these aspects of Edward H. Carr's episteme.

Palavras-chave: Edward Hallett Carr; Entreguerras; Exemplaridade Histórica; Vinte Anos de Crise; Teoria das Relações Internacionais.

Keywords: Edward Hallett Carr; Interwar Period; Historical Exemplarity; The Twenty Years' Crisis; International Relations Theory.

Submetido em 22/10/2023

Aceito em 27/12/2023



Apontamentos Iniciais

Em *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*, obra lançada em setembro de 1939, mesmo mês da invasão à Polônia pela Alemanha nazista, Edward Hallett Carr lança alicerces do realismo nas Relações Internacionais. Tal ciência, àquela época, encontrava-se em estágio de maturação (CASTRO, 2012, p. 52). Para além da pujante análise factual, que, naturalmente, tendeu ao envelhecimento, à medida que vindouros estudos perseguiram com maior profundidade as diretrizes inauguradas pelo britânico, acreditamos que dois pontos de sua obra são indispensáveis de serem estudados continuamente tanto pela manutenção no tempo quanto pelo potencial de contribuição para a compreensão do sistema internacional hodierno: capacidade preditiva e aporte filosófico. O primeiro, mais patente, creditamos tanto ao *background* historiador do autor, altamente alicerçado na exemplaridade histórica, quanto à sua busca constante pela interdisciplinaridade, sobretudo na combinação de Filosofia, História, Economia e Relações Internacionais - ou política internacional, conforme o próprio Carr tipifica. O segundo, conferimos à sua habilidade no diálogo filosófico que, ao nosso entender, em bases aristotélicas, busca o meio-termo entre dois extremos: utopia e realidade. Neste artigo, portanto, discutiremos essas duas facetas da análise de Edward H. Carr, no livro de 1939.

É curioso observar como o pensamento político de indivíduos centrados na investigação da realidade e, por conseguinte, na práxis do cotidiano burocrático e na crítica à utopia, acabam por transformarem-se em aportes filosóficos, na medida em que entram para os anais da história como indispensáveis para pensar a vida na *polis*. Essa constatação pode ser aplicada a nomes como Nicolau Maquiavel (1469-1527) e Francis Bacon (1561-1626), ambos importantemente citados em *Vinte Anos de Crise* - o primeiro mais que o segundo -, e, na modernidade, ao próprio Edward Carr (1892-1982). No entanto, defendemos que o aporte filosófico realista do ex-agente do *Foreign Office*, embora crítico da utopia desconectada da análise real do político, é capaz de promover avanços sensíveis rumo a um estado de concerto entre utopia e realidade, duas facetas evidentemente antagônicas de uma única gema. Isso se dá, por exemplo, por meio de sua capacidade de compreender a simbiose entre teoria e prática. Consoante Carr, essas vertentes da ação humana não podem ser dissociadas porquanto se perfazem. De fato, conforme discutiremos, a capacidade de o conhecimento influir na práxis e vice-versa é fundamental para a produção filosófica assentada na combinação dessas duas vertentes antagônicas proposta pelo britânico, mas não somente (CARR, 2001, p. 20). Carr também aborda a antítese por meio de outras quatro sub antíteses: livre-arbítrio-determinismo, intelectual-burocrata, esquerda-direita, ética-política.

Embora não se trate de obra teórica, conforme acertadamente enfatiza Eiiti Sato no prefácio à edição brasileira, o caminho analítico escolhido pelo britânico para a produção do estudo acerca da conjuntura política internacional do Entreguerras é, evidentemente, repleto de discussão filosófica, sobretudo no que concerne ao binômio antitético utopia-realidade (CARR, 2001, p. 16). Para Carr, as fragilidades da conjuntura internacional do período agigantaram-se diante da incapacidade político-filosófica de superar essa dualidade. A resposta para a ambivalência seria a fuga aos extremos; a busca



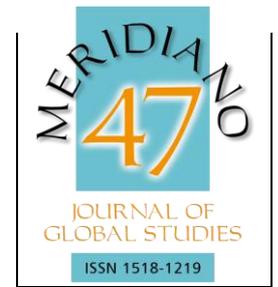
pela maturidade do pensamento, por meio da combinação de utopia e realidade, duas faces de uma mesma moeda.

Mais de oito décadas após a primeira tiragem do livro, observa-se que o sistema internacional se encontra em profunda crise multifacetada, e a questão da paz e da guerra evidencia-se em conjuntura global. Não menos importante, divergências políticas e ideológicas acerca de temáticas alarmantes para a subsistência humana na Terra seguem sendo a tônica, como fica patente no que concerne à questão do duplo processo de extinção pelo qual todos os seres vivos estão atualmente passando no bojo do antropoceno.¹ Esse cenário crítico, defendemos, torna premente a análise do estudo que, com espantosa clareza, demonstrou as fraquezas filosóficas de uma ordem internacional que permitiu duas hecatombes em um espaço de duas décadas. Se, em *Vinte Anos de Crise*, Carr faz uso de diversos aportes filosóficos para amparar sua investigação interdisciplinar, acreditamos ser basilar estudo mais aprofundado acerca de sua própria filosofia, a fim de que possam emergir melhores ferramentas para pensar e compreender a crise da ordem internacional moderna.

Consciente da proeminente contribuição que uma filosofia centrada no meio-termo é capaz de prover à análise da política internacional e certamente alicerçado por essa própria análise filosófica, Carr vai além. A contribuição oferecida em *Vinte Anos de Crise* é invejável, também, por sua espantosa capacidade preditiva. Evidentemente, é esse o atributo que conferiu à obra a alcunha de clássico das Relações Internacionais e, possivelmente, a mais patente característica do livro. Ora, lançado no mesmo mês da invasão nazista à Polônia, o volume assegura seu vigor preditivo, já que estava em plena construção *pari passu* ao soerguimento da Segunda Guerra Mundial. Além disso, aloca o realismo, vertente teórica das Relações Internacionais em ascensão após 1945, no centro das análises acerca da temática da paz e da guerra (CASTRO, 2012, p. 323). No entanto, é preciso questionar: de onde veio a capacidade preditiva da análise de Carr, característica que se perpetuou nas Relações Internacionais? Ao nosso entender, adveio do arcabouço de conhecimento histórico e historiográfico do autor que, ancorado no *topos historia magistra vitae*, o capacitou a conjecturar acerca da catástrofe iniciada em 1939, mas não somente. Edward Carr é incansavelmente interdisciplinar em *Vinte Anos de Crise*. Portanto, da combinação desses dois vieses, quais sejam, crença na exemplaridade e interdisciplinaridade, advém a capacidade preditiva de seu estudo.

Propomo-nos, por conseguinte, a produzir a seguinte análise, ancorada no exame das duas combinações promovidas por Carr: utopia-realidade, exemplaridade-interdisciplinaridade.

¹ Acerca deste quesito, acompanhamos as pesquisas de J. Baird Callicott e Elizabeth Kolbert. Em *Thinking Like a Planet*, Callicott apresenta interessante proposta para a dupla extinção em curso - aquela ancorada no aquecimento global e aquela da extinção em massa das espécies. Para Callicott, a dicotomia que aloca o homem tanto como indivíduo a ser destruído pela disrupção biótica e aquecimento global quanto responsável por essa dupla catástrofe somente pode ser resolvida por meio da ética ambiental. Para Callicott, a ética da terra e a ética da Terra devem, inexoravelmente, operar juntas. Em ambos os casos, é basilar que se pense o papel dos homens, seres sociais, politicamente organizados, tanto no engendramento da ética ambiental quanto no arrefecimento do que Elizabeth Kolbert define como a sexta extinção. Para maior aprofundamento, ver: CALLICOTT, J. Baird. *Thinking like a planet: the land ethic and the Earth ethic*. Sunderland: Sinauer Associates, 2006; e KOLBERT, Elizabeth. *A sexta extinção: uma história não natural*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

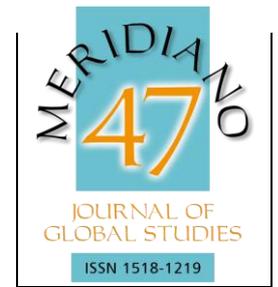


Primariamente, enfatizaremos a filosofia do autor em relação ao tempo e à História. O intuito é aclimatar o leitor em relação ao pensamento do historiador britânico e discutir a capacidade preditiva de sua análise política. Em um segundo momento, evidenciaremos a filosofia de Carr concernente à antítese utopia-realidade e enfatizaremos as implicações desse posicionamento. Nesse ponto, analisaremos o seu pensamento no que concerne à busca pelo meio-termo à luz do que propôs Aristóteles, em *Ética a Nicômaco*, e o porquê de Carr, igualmente a Maquiavel e outros realistas, não haver conseguido escapar à utopia.

A busca pelo meio-termo é, fazendo uso das palavras de Pierre Rosanvallon, historiador do *Collège de France*, ao analisar a diferença entre a política e o político, “uma tela e um meio” na análise de Edward H. Carr (ROSANVALLON, 2010, p. 78). É por meio do julgamento à filosofia política, incapaz de consertar ambas as pontas da antítese, ou seja, impossibilitada de encontrar o meio-termo entre utopia e realidade, que Carr edifica sua análise, crítica e preditiva. É embasado na busca por esse equilíbrio que o autor conjectura filosofia política capaz de prover à ordem internacional com ferramentas para contornar a mesma ambivalência. Durante todo o artigo, ademais, buscaremos filosoficamente localizar Carr entre Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes, dois pensadores fartamente utilizados pelo britânico no livro de 1939, e cujas características são apresentadas de modo singular, sobretudo quando comparadas ao que usualmente se fez no campo da Filosofia e das Relações Internacionais.

O topos historia magistra vitae

Nos últimos 20 anos de relações internacionais, inúmeros eventos de ressonância global são capazes de fazer o mais subjetivista e o mais objetivista dos historiadores sentarem à mesa a discutir a exemplaridade. Fato é que momentos de crise suscitam explicações que, não raro, recaem na análise histórica. Na medida em que eventos desconectados por período de tempo não tão longínquo se demonstram excepcionalmente similares, a ideia da dissolução do *topos historia magistra vitae* conforme apresentada por Reinhart Koselleck em *Historia Magistra Vitae - Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento* perde força, ao passo que o posicionamento daqueles que acreditam que a História apresenta seu máximo vigor científico na sua forma de “guia para a vida” toma caminho inverso. Preferimos o posicionamento apresentado por Christophe Bouton em 2018, no artigo *Learning from History. The transformations of the topos historia magistra vitae in modernity*, em que critica a ideia da dissolução total do *topos* conforme Koselleck e defende que o que houve foi sua modificação (BOUTON, 2019). Para ele, ainda que de modo diferente, a exemplaridade continua ativa, como se observa em retóricas vinculadas ao construto “*duty to remember*”, defendido Tzvetan Todorov, em *Les abus de la mémoire* (TODOROV, 1995). O dever de lembrar, indubitavelmente, ampara a argumentação daqueles que defendem a necessidade da exemplaridade no que diz respeito a eventos de graves e deletérios efeitos na humanidade, como foi, por exemplo, o Holocausto. Em última instância, caberia à *historia magistra vitae* fornecer condições para que catástrofes como essa não tornassem a ocorrer.



Edward Hallett Carr, é preciso frisar, jamais teve dúvida de seu posicionamento em favor da capacidade exemplar da história, algo que fica evidente em *Vinte Anos de Crise* e que é confirmado em *What is History?*, livro editado em 1961, advindo de conferências promovidas em Oxford. Para o britânico, a resposta ao que seria História “é que ela se constitui de um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre o presente e o passado” (CARR, 1982, p. 65). Seu posicionamento anti-empirista, por um lado, e ancorado na inexorabilidade da subjetividade historiográfica, por outro, o alocam na vertente daqueles que, consoante Christoph Bouton, tornariam possível a transformação do *topos*.

Com efeito, crises econômicas, políticas e sanitárias ocorridas nos últimos 20 anos são inegavelmente semelhantes a acontecimentos do Entreguerras e, portanto, foco analítico de pesquisas em diversos campos, como na História, na Economia, na Ciência Política e nas Relações Internacionais, que tentam encontrar pontos de conexão, ou não, entre os eventos. A título de aclimatar o leitor, já que não temos por objetivo a factualidade, vale salientar, salvaguardadas as singularidades históricas de cada evento, as seguintes aproximações, produtos de análises parcialmente ancoradas na história comparada: as pandemias da Covid-19 e da Gripe Espanhola (SCHWARCZ e STARLING, 2020); as crises econômicas globais pós-2008 e a recessão pós-Crise de 1929 (MAZZUCHELLI, 2008); as investidas político-militares russas no que tange ao ex-guarda-chuva de poder soviético em busca do espaço perdido após a queda do Muro de Berlim (MEARSHEIMER, 2001), evidenciadas, hoje, com a invasão à Ucrânia, e as hostilidades da Alemanha nazista a países europeus após o Tratado de Versalhes (RUANE, 2022); a emergência do nacionalismo extremado na Europa e Américas, hoje, e no Entreguerras (MANN, 2013); e, o soerguimento da China como maior potência econômica global e a troca de bastão entre Reino Unido e Estados Unidos pela hegemonia mundial após a Grande Guerra (STUENKEL, 2008). Ademais, problemas planetários asseveraram-se, como no que concerne à questão climática e à extinção em massa das espécies (KOLBERT, 2015). Nesse sentido crítico, crescem as indagações, como aquelas ancoradas na “injustiça na ordem internacional” (BULL, 2002), acerca do futuro da governança global vigente. Os questionamentos endereçam-se sobretudo, mas não apenas, à manutenção dos valores rousseauianos da igualdade, justiça e liberdade, que, por meio do voluntarismo, perfizeram a evolução do Direito e do aparato institucional internacionais do pós-1945. Avançam, também, os descréditos acerca da capacidade preditiva da análise política, bem como da exemplaridade histórica.

Em que pese a ideia de que a história se repete e, por conseguinte, que seu estudo é capaz de prover ao homem exemplaridade para a vida hodierna na *polis* tenha-se mantido firme por milênios, entra em severa crise durante o século XIX (BOUTON, 2019). Não obstante central no entendimento dos historiadores acerca de “seu objeto, ou até mesmo a sua produção” (KOSELLECK, 2006), o que, ao nosso entender, balizou a imprescindibilidade da História na condição de campo analítico, é complexo esclarecer os limites na utilização o *topos* conforme engendrado Cícero, no decurso do tempo. Possivelmente, muito mais circundou a produção historiográfica na condição de justificativa da existência da História perante a sociedade que no que diz respeito ao seu próprio uso na produção historiográfica. “Não raro, a própria historiografia desabonou o *topos* como fórmula cega, cujo alcance



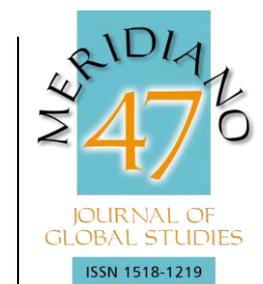
limitava-se aos prefácios das obras. Dessa maneira, torna-se ainda mais difícil esclarecer a diferença (...) entre o mero emprego do lugar comum e seu efeito prático” (KOSELLECK, 2006).

É, de fato, durante o século XIX que a discussão quanto à subsistência dessa justificativa adquire nova feição, na medida em que Leopold von Ranke questiona a subjetividade dessa retórica, na defesa de que não deveria haver outra justificativa para a existência da História senão sua capacidade de produzir conhecimento. O conhecimento acerca do passado, por si só, bastaria para justificar a existência da História, que, logo, deveria ser factual apenas. A objetividade, nesses moldes, inevitavelmente, implica afastamento do historiador em relação ao evento, que, doravante, deveria ser estudado com foco nos fatos, livre da subjetividade que, inevitavelmente, parte do presente do historiador. A ação de julgar a história, portanto, não deveria estar inclusa no *métier* do historiador. Para Ranke, julgar o passado e conhecê-lo seriam coisas diferentes. O segundo estaria eivado de anacronismo e de normas posteriores ao evento histórico; ao passo que o primeiro somente teria lugar na condição de permissor para que os fatos falassem por si mesmos (BOUTON, 2019).

Os efeitos do posicionamento de Ranke reverberaram na historiografia e, embora Christophe Bouton, no artigo de 2018, haja demonstrado que Jean Bodin (1530-1596), em *Methods for the easy comprehension of history*, havia melhor criticado a exemplaridade antes da emergência do *Sattelzeit*, a crítica moderna mais eloquente é, de fato, esta, observada em Reinhart Koselleck (BOUTON, 2019). Em *Historia Magistra Vitae - sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento*, o alemão critica a exemplaridade por dois principais caminhos elucidados por Bouton, cuja contribuição nos norteia em relação à exemplaridade neste artigo: o epistemológico e o ontológico (KOSELLECK, 2006). Quanto ao primeiro, o historiador não poderia questionar a história porque o benefício de se conhecer os eventos ocorridos no decurso do tempo desvirtuariam a análise e deturpariam os fatos; ter o tempo a seu favor e fazer uso desse trunfo para tecer críticas acerca do passado fragilizaria o estudo historiográfico. No que concerne ao segundo, a exemplaridade não seria possível pelo simples fato de o passado conter idiosincrasias irreplicáveis no presente (KOSELLECK, 2006). Ancorado nesses dois pilares críticos, Koselleck defendeu a dissolução do *topos historia magistra vitae* baseado nas mudanças fomentadas pela modernidade, sobretudo entre 1750 e 1850, que haviam distanciado, de modo inexorável, o presente do exemplo do passado.

Fato é que o *turning point* promovido por Ranke desencadeou divergências na historiografia bem antes de Koselleck, e o mesmo século XIX viu a emergência da subjetividade de Johann Gustav Droysen como contra-ataque ao posicionamento da objetividade de seu compatriota (ASSIS, 2019). Para ele, a História, porque parte de questões presentes, impossibilita factualidade pura; conecta, inevitavelmente, o historiador ao evento passado por perguntas hodiernas. Acertadamente, Bouton assevera, quando, em referência a Droysen, em *Historik*: “there is no rule to be applied for history never repeats itself” (BOUTON, 2019, p. 19).

Em uma análise sobre objetividade, Arthur Assis defende uma abordagem menos ingênua. Apresenta características não excludentes à subjetividade. Sustentam-se tanto na metodologia de pesquisa quanto na base moral do historiador. Para Assis, “*professional decency over impropriety*,



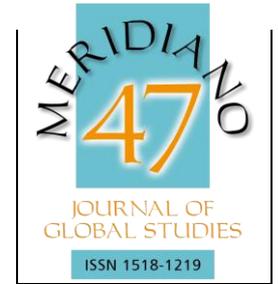
accuracy over carelessness, fairness over unjustness, openness over bullheadedness, honesty over duplicity” seriam atributos da objetividade (ASSIS, 2019, p. 110).

Tendo em vista a inescapável subjetividade inerente à História e toda a discussão que a temática suscita, Bouton corretamente enfatiza, baseado em contribuições de Friedrich Nietzsche e Gustav Droysen, que há a persistência da exemplaridade na modernidade. Impulsionado pela questão do direito a lembrar, enfatiza o pensamento de Allan Megill, sobre o qual ressalta que eventos críticos de grande impacto na humanidade, como o Holocausto, indubitavelmente deveriam emergir nas análises historiográficas carregados de críticas. Após apontar o pensamento de Tzvetan Todorov acerca da exemplaridade na memória coletiva, salienta: “*What the history of the twentieth century teaches us is that, from this point of view, we have every interest in remembering our history ... in order to reduce the chances of its being repeated again one day*” (BOUTON, 2019, p. 32).

A retórica tecida por Koselleck, portanto, não estaria livre de críticas, em que pesem as profundas mudanças que a modernidade promoveu no *topos*. Ao nosso ver, tampouco abrangeria toda a produção historiográfica, sobretudo no que concerne à História do Tempo Presente, certamente desenvolvida por Carr no volume de 1939. Entendemos que a modificação apresentada por Bouton fica evidentemente plasmada nesse campo da História, que representa imbricação múltipla entre evento histórico e historiador, entre passado e presente e, por conseguinte, presentifica exemplos históricos gerados pela própria sociedade a que se destina a análise historiográfica.

No entanto, onde se poderia encontrar as raízes do ideário historiográfico de Carr? Consoante historiador Arthur Assis, é possivelmente na análise do pensamento do visconde de Bolingbroke que subjaz o último suspiro da exemplaridade histórica antes do crucial questionamento promovido por Ranke. Burocrata e teórico, o visconde de Bolingbroke defendeu que não haveria justificativa mais importante para a História que a de servir à *polis* por meio da exemplaridade. “Eu preferiria usar tantos anacronismos quanto um cronólogo judeu a sacrificar metade da minha vida colecionando a tralha erudita que enche a cabeça de um antiquário” (ASSIS, 2018, p. 311). Assis ainda destaca que Friedrich Nietzsche possivelmente foi influenciado por Bolingbroke e aloca Carr na corrente de Droysen e do autor de *Assim falou Zaratustra*. Ao nosso entender, o ideário historiográfico de Carr inegavelmente encaixa-se nessa vertente que contesta a factualidade pura e defende o *topos historia magistra vitae*. Apesar de não ser citado uma só vez em *Vinte Anos de Crise*, a influência de Nietzsche em Carr é patente e, em *What is History?*, Carr faz uso dos aportes filosóficos do alemão. Logo, se Nietzsche pode haver sido influenciado por Bolingbroke, conforme hipotetiza Assis, acreditamos que estudo mais detalhado sobre a possível influência de ambos na produção de Carr seria interessante.

Para Carr, tudo seria história, e não haveria melhor justificativa para essa ciência que a exemplaridade. Em um espaço de 20 anos, esse ideário não mudou. No livro de 1939, ele enfatiza essa ideia, quando escreve: “Os que creem na revolução mundial como um atalho para a utopia estão singularmente cegos às lições da história, e o número dos que sustentam esta crença parece ter diminuído nos últimos anos” (CARR, 2001, p. 289). A persistência do britânico no *topos* confirma-se 22 anos depois, em *What is History?*



É um pressuposto da história que o homem é capaz de tirar proveito (não que ele necessariamente o faça) da experiência de seus antecessores e que o progresso na história, diferentemente da evolução na natureza, baseia-se na transmissão de bens adquiridos. Esta herança inclui tanto bens materiais quanto a capacidade de dominar, transformar e utilizar o meio ambiente. Aliás, os dois fatores estão muito interligados e agem um sobre o outro (CARR, 1982, p. 126).

Claramente, no livro de 1961, Carr referiu-se à capacidade humana de transmitir conhecimento às gerações vindouras por meio da experiência; um atributo da história. Enfatizou o conceito de progresso e a capacidade de o historiador analisar as ações humanas no decurso do tempo à luz desse conceito. Duas décadas antes, em *Vinte Anos de Crise*, ao referir-se à antítese esquerda-direita, é possível mais uma vez confirmar que o autor já demonstrara sua crença na exemplaridade. Com efeito, toda sua análise política é amparada historicamente no *topos historia magistra vitae*.

A história mostra em toda parte que, quando partidos ou políticos de esquerda travam contato com a realidade, através de cargos políticos, tendem a abandonar sua utopia "doutrinária" e a moverem-se para a direita, normalmente mantendo seus rótulos de esquerda e, desta forma, aumentando a confusão da terminologia política (CARR, 2001, p. 28).

Em observação de maior fôlego temporal e genérica, é possível dizer que a crença no estudo da história como ferramenta analítica é fortemente presente entre pensadores ditos realistas pela Filosofia e Relações Internacionais, como em Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes, ambos importantemente utilizados por Carr no livro de 1939. No entanto, ele não separa utopistas de realistas baseado nesse quesito. Em verdade, como será desenvolvido, a ideia de o que seria realismo e utopismo e de qual pensador se encaixaria em cada vertente, conforme se apresenta no livro, assenta-se mais nas ambivalências ficção-realidade e ingenuidade-maturidade do pensamento que nos usos da história propriamente dita. Logo, Carr sequer deposita na mesma cesta, por completo, aqueles que se convencionou denominar realistas, por exemplo na Filosofia e nas Relações Internacionais. Encontra até mesmo utopismo em pensadores base do realismo, como Maquiavel e Hobbes. Acreditamos, todavia, que a crença na exemplaridade pode haver orientado Carr na escolha dos autores para o diálogo filosófico que desenvolveu em *Vinte Anos de Crise*.

Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes, evidentemente, acreditaram na necessidade de fazer uso da análise histórica em seus estudos, embora não se lhe possam impor as mesmas características quanto a esse entendimento. De fato, ao passo que é evidente a preocupação de Maquiavel em lançar mão de exemplos históricos no sentido puro do *topos historia magistra vitae*, não se tem a mesma facilidade para identificar esse padrão em Hobbes. Por um lado, é em *Behemoth* que a utilização da história como base analítica fica mais evidente na obra de Hobbes. No entanto, esse volume, em que se dá descrição dos eventos ocorridos na Guerra Civil Inglesa (1642-1651), não é utilizado por Carr em *Vinte Anos de Crise*. Isso nos causa estranheza, já que talvez seja a obra de Hobbes mais centrada na



realidade dos fatos. Mesmo assim, ao nosso entender, a utilização da Guerra Civil Inglesa como base histórica, aparentemente, deu-se porque serviu de subterfúgio para a intensa obsessão de Hobbes pela análise da natureza humana, e não pela crença na exemplaridade histórica, o que o difere, portanto, de Maquiavel. Outrossim, tampouco Hobbes teve, em *Behemoth*, intuito de promover estudo voltado para recomendações de posicionamento político; para a promoção de um dever-ser.

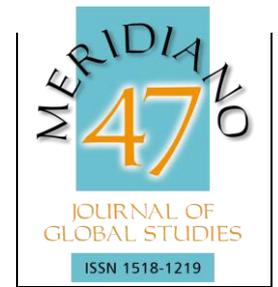
Consoante Stephen Holmes, a ideia de Hobbes nesse volume “*is expressed in a description on the way human beings behave, not the way they might behave under imaginary or ideal conditions, but the way they actually behaved in England between 1640 and 1860*” (HOBBS, 1990, p. xlix). Por outro lado, em *O Príncipe*, não somente é patente o interesse de Maquiavel pela formação de um estudo em prol do dever-ser do governante, como é claro seu apreço pela exemplaridade histórica, conforme se pode analisar no capítulo VI da obra: *Dos principados novos que se conquistaram com as próprias armas e valor (virtù)*:

Ninguém se admire se, ao que vou dizer acerca dos estados de príncipe e instituições novas, eu aduzir exemplos célebres. Segundo os homens, quase sempre, as vias trilhadas por outros, procedendo em suas ações por imitação, e não lhes sendo possível conservar-se perfeitamente dentro das raias representadas pela trajetória de outros, nem acrescentar algo às qualidades [virtù] daqueles a quem imitam, deve um indivíduo prudente enveredar sempre pelos caminhos palmilhados por grandes vultos e tomar como exemplo os que mais insignes foram, a fim de que, ainda quando não chegue a igualá-los, possa ao menos aproximar-se-lhes; fazer, em suma, como os arqueiros precavidos, os quais, achando demasiado longe o ponto que querem atingir e conhecendo o alcance do seu arco, fazem pontaria para um lugar muito mais alto que o visado, não para a sua flecha ir a tamanha altura, mas para assim acertarem no verdadeiro alvo. (MACHIAVELLI, 2019, p. 40).

História do tempo presente e interdisciplinaridade

Em 1939, Carr produziu o que na década de 1970 se tipificou como História do Tempo Presente (HTP). Esse nicho historiográfico, apesar de haver-se confirmado apenas no século XX, tem origens mais remotas, e Tucídides, em *A História da Guerra do Peloponeso* (DOSSE, 2012, p. 7); Maquiavel, em *O Príncipe*; e Hobbes, em *Behemoth*, podem ser considerados predecessores desse tipo de análise. Produziram, em todo ou em parte, estudos históricos acerca de eventos conexos a seus tempos geracionais.

Além disso, a HTP possui idiosincrasias que, ao nosso entender, escapam à dissolução do *topos* consoante Koselleck. Uma vez que estuda eventos que podem estar muito próximos do presente, o efeito disruptivo que aparta a expectativa do futuro da experiência do passado (KOSELLECK, 2020) torna-se menos premente. Outrossim, a HTP detém pujante capacidade de adaptar-se à interdisciplinaridade, algo que foi objetivado por Carr. Ora, as agruras político-econômicas oriundas de um sistema internacional inquestionavelmente marcado pela



interdependência complexa (KEOHANE e NYE, 1973) se nos apresentam *pari passu* às incertezas e dinamicidade inerentes à vida humana no presente. As análises políticas do que é atual, portanto, são ofuscadas pela luz das mudanças constantes que o tempo moderno, com brevidade, acomoda. Essa característica perfaz a diferença nodal entre as análises emanadas da História e aquelas advindas da Ciência Política e Relações Internacionais, mas não apenas, já que também impacta a produção historiográfica em seu próprio orbital.

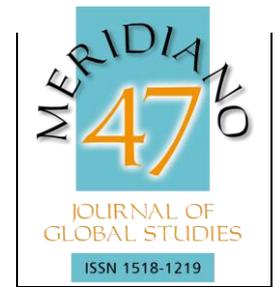
Inegavelmente, tanto a HTP quanto a História de recuo temporal mais longínquo têm por *locus* analítico o evento passado. No entanto, haja vista a disparidade na distância temporal entre o evento e o historiador em ambas as análises, há dificuldades singulares na pesquisa do tempo presente (DOSSE, 2012). Nesta, o historiador nem sempre dispõe da tranquilidade do assentamento das fontes que somente o recuo histórico é capaz de oferecer. Quanto maior a proximidade entre o evento e o historiador, maiores as incertezas e mais próxima às análises das ciências políticas aparenta estar a análise histórica do tempo presente. Inegavelmente, Carr sofreu com essas singularidades, na medida em que analisou um tempo extremamente próximo ao seu presente histórico e que criticou as bases sociopolíticas e econômicas de sua própria referência de Estado, o Reino Unido.

Para além disso, tanto HTP, nascida da necessidade de explicar à sociedade eventos e crises ocorridos em seu próprio período geracional - uma espécie de dívida por “reconstruir uma lembrança coletiva” (ROUSSO, 2016, p. 219) -, quanto produção historiográfica amparada por recuo temporal mais farto, possuem também idiosincrasias que as posicionam como contribuidoras essenciais, porém distintas das análises políticas da atualidade. Por um lado, haja vista a proximidade entre pesquisador e evento histórico nos mais diversos sentidos (DOSSE, 2012), a HTP tem a capacidade de analisar acontecimentos históricos com impactos diretos no presente. Por outro lado, a História amparada por maior recuo temporal é capaz de contribuir com maturidade epistemológica e variedade exemplar. No entanto, há também o que as une.

O benefício de “conhecer”² a dinâmica do evento histórico e a capacidade de analisar questões sobre as quais se pode compreender minimamente a conjuntura mais ampla são fatores preponderantes na análise histórica, seja na História do Tempo Presente ou fora dela, e zona de conforto no *métier* do historiador. Em certa medida, isso pode até ser compreendido como a base sobre a qual se assenta a questionabilidade acerca da capacidade preditiva da História e as alteridades entre a análise historiográfica do político e da Ciência Política e Relações Internacionais - essas abertamente perseguidoras da predição. Se a História não nos pode dizer o que fazer, talvez nos oriente acerca do que não fazer. Para além disso, ambas as vertentes historiográficas estão alicerçadas na exemplaridade.

Ao escrever *Vinte Anos de Crise*, Carr possivelmente percebeu que o *topos* seria capaz de fornecer impulso à predição na análise política e de aclarar as incertezas de seu presente histórico. Produziu, sim, HTP, na medida em que analisou a ordem internacional pós-Grande Guerra, no espectro

² Sabemos da impossibilidade do retorno ao evento histórico, irreplicável. Utilizamos o conceito conhecer no sentido utilizado por Edward Hallett Carr em *Que é história?*, volume em que defende o diálogo entre presente e passado.



de ação da Liga das Nações, mas não se limitou. Fez uso da análise historiográfica de maior fôlego temporal, o que lhe deu a vantagem do conhecimento acerca dos fatos históricos plurais e multifacetados e lhe ofertou condições de promover diálogo entre seu presente e eventos históricos mais distantes, ferramenta disponível ao historiador, tão criticada por Ranke. A análise de seu presente, portanto, apostou na interdisciplinaridade. Partindo da comparação historiográfica, Carr promove estudo repleto de análise econômica, política e filosófica. Todo esse esforço o capacitou para produzir pujante análise preditiva.

Acreditamos, portanto, que, desnudar o presente e produzir análise multifacetada e preditiva foi possível por meio de três pilares inafastáveis: crença na exemplaridade histórica como motor de sua análise (1); busca incansável pela interdisciplinaridade, o que fica plasmado em sua vida acadêmica e profissional (2); a busca pelo meio-termo em filosofias antagônicas (3).

As críticas ao modelo de ordem internacional apresentada e o êxito da obra em prover previsão advém, sobretudo, da concatenação filosófica que se dá por todo o texto. Carr recorre a vários filósofos, idealistas e realistas, a fim de promover uma crítica severa ao modelo filósofo do Entreguerras e propor hermenêutica que fosse aberta ao diálogo; distante dos extremos. O meio-termo de Edward Carr, no entanto, não é inovador. Apesar de ser citado apenas uma vez em *Vinte Anos de Crise*, é patente a influência de Aristóteles na obra prima do britânico.

Entre utopia e realidade: o meio-termo aristotélico em Edward H. Carr

“Os filósofos elaboram leis imaginárias para comunidades imaginárias, e seus discursos são como estrelas que dão pouca luz por estarem muito altas” (CARR, 2001). É com essa epígrafe, em referência direta a Francis Bacon (1561-1626), em *On the advancement of learning*, que Edward Hallett Carr marca, em sua mais célebre obra, seu viés realista. O britânico, de fato, apresenta filosofia realista singular e, não obstante busque romper com a utopia sobre a qual tece inúmeras críticas - aquela desconectada da realidade -, não nega sua indispensabilidade para pensar o político, tampouco a urgência por uma utopia ancorada na análise do real. Ao observar a citação a Bacon, o leitor mais ingênuo conjecturaria que o historiador fez referência à prescindibilidade da Filosofia em prover à sociedade ferramentas factíveis para pensar a melhoria da vida na *polis*, ferramentas essas que serviriam apenas como guia imaginário; o mais desprevenido, que o ele escolheu as linhas por intencionar posicionar o realismo em antagonismo à Filosofia. Todavia, em *Vinte Anos de Crise*, Carr não somente faz uso de numerosas contribuições filosóficas para amparar seu pensamento, senão forja importante filosofia política, na medida em que enfatiza que o melhor caminho para solução da antítese utopia-realidade, discussão que fundamenta sua análise, é a fuga aos extremos.

Influências aristotélicas

Para Carr, o homem é “um animal político”, razão pela qual defende que qualquer tentativa de analisá-lo fora da *polis* é pura ficção (CARR, 2001, p. 127). Essa, no entanto, não é a única proximidade que seu pensamento tem daquele de Aristóteles. Dada a semelhança, é factível pensar que a base filosófica utilizada por Carr para desenvolver acerca da antítese utopia-realidade e propor, ao nosso entender, sua filosofia do meio-termo, advém do pensamento aristotélico, sobretudo no que diz respeito ao volume *Ética a Nicômaco*. Os dois primeiros capítulos de *Vinte Anos de Crise*, de fato, evidenciam a preocupação do autor em lançar bases filosóficas para a discussão que desenvolveria no restante do livro. Todavia, Carr não concede a Aristóteles lugar de destaque, tampouco os louros da influência em sua episteme. No primeiro capítulo, o autor discute acerca da emergência da política internacional enquanto ciência; no segundo, a antítese utopia-realidade. É possível, no entanto, unir os dois capítulos em análise e defini-los como base teórico-filosófica da obra, ajustando o pensamento do autor àquele produzido pelo discípulo de Platão.

É preciso enfatizar, precipuamente, que Aristóteles, diferentemente de seu mestre, foi o mais realista entre os filósofos da Grécia antiga. Para defender essa afirmação, basta recordar e comparar a retórica de ambos em trechos de *A República* e de *Ética a Nicômaco*. Enquanto Platão pede que se imagine uma cidade ideal ao desenvolver acerca da justiça, Aristóteles produz pensamento ancorado na realidade, no que é, de fato, dito pelo homem na *polis*: “Admite-se geralmente que toda arte e toda investigação, assim como toda ação e toda escolha, têm em mira um bem qualquer; e por isso foi dito, com muito acerto, que o bem é aquilo a que todas as coisas tendem” (ARISTÓTELES, 1991, livro I, parte 1). Ajustar o pensamento realista de Carr ao de Aristóteles, portanto, não é discrepante. Ora, boa parte da discussão em *Ética a Nicômaco* tenta aproximar a teoria da realidade prática, por meio de exemplos didáticos, que almejam traduzir o que o autor pensava acerca da virtude e do papel do hábito e da prudência.

Uma vez que a presente investigação não visa ao conhecimento teórico como as outras — porque não investigamos para saber o que é a virtude, mas a fim de nos tornarmos bons, do contrário o nosso estudo seria inútil —, devemos examinar agora a natureza dos atos, isto é, como devemos praticá-los; pois que, como dissemos, eles determinam a natureza dos estados de caráter que daí surgem (ARISTÓTELES, livro II, parte 2).

No *Livro II* do volume, é possível identificar o que aqui tipificamos filosofia aristotélica do meio-termo, que claramente observamos no desenvolvimento que Carr reproduz no livro de 1939. Em suma, o *Livro II* aborda as virtudes, que, para Aristóteles, são de cunho intelectual ou moral. As morais, cerne do capítulo, são disposições de caráter que os homens estão aptos a receber por meio do hábito. Nem surgiram por meio da natureza humana nem contra ela, mas estão os homens, naturalmente, adaptados a recebê-las por meio dos hábitos. Esses, a seu turno, podem exercer funções opostas a depender da escolha humana ao praticá-los. Os bons hábitos, em prática contínua, levariam à perfeição das virtudes; os maus, à destruição. O homem, portanto, tornar-se-ia justo ao praticar atos

justos e, ao praticar atos injustos, o oposto. Para Aristóteles, “é das mesmas causas e pelos mesmos meios que se gera e se destrói toda virtude” (ARISTÓTELES, 1991, livro II, parte 1).

É possível observar, portanto, que ele encontra lugar comum a dois polos opostos; encontra conexão. No decurso de todo o *Livro II*, Aristóteles irá conduzir o leitor à compreensão de que o meio-termo, ou seja, a equidistância entre dois vícios, excesso e escassez, é a chave para a virtude em perfeição. Ou seja, o autor guia o leitor à compreensão de que o meio-termo é a perfeição das virtudes morais, já que os vícios são incapazes de abarcar o meio-termo.

Em tudo que é contínuo e divisível pode-se tomar mais, menos ou uma quantidade igual, e isso quer em termos da própria coisa, quer relativamente a nós; e o igual é um meio-termo entre o excesso e a falta. Por meio-termo no objeto entendo aquilo que é eqüidistante de ambos os extremos, e que é um só e o mesmo para todos os homens; e por meio-termo relativamente a nós, o que não é nem demasiado nem demasiadamente pouco — e este não é um só e o mesmo para todos. [...] Refiro-me à virtude moral, pois é ela que diz respeito às paixões e ações, nas quais existe excesso, carência e um meio-termo. [...] Existem, pois, três espécies de disposições, sendo duas delas vícios que envolvem excesso e carência respectivamente, e a terceira uma virtude, isto é, o meio-termo (ARISTÓTELES, 1991, livro II, parte 6).

Com o intuito de desenvolver pensamento acerca da antítese utopia-realidade, Carr faz uso de outras cinco sub antítese: livre-arbítrio-determinismo, teoria-prática, intelectual-burocrata, esquerda-direita, ética-política. Não nos cabe aqui parafrasear o pensamento do autor em cada ponto. Entretanto, em cada um dos polos de cada um dos cinco pares antitéticos, o autor é capaz de alocar ou utopia ou realidade, a fim de esmiuçar as diferenças e os vícios que cada lado possui.

Conforme é possível perceber ao término do capítulo dois, o maior problema de cada uma das partes de cada sub antítese e, por conseguinte, da antítese principal, utopia-realidade, é a incapacidade que têm de perceber que o outro lado é importante para o desenvolvimento de sua própria lógica. Logo, o meio-termo é oferecido por Carr no intuito de que, do lado utopista, a retórica se materialize e que, do lado realista, o projeto se torne abrangente, evolutivo e permeável. É possível verificar esse sentido unitivo, tomando a sub antítese teoria-prática, na qual teoria reflete o utopismo; e, prática, o realismo. Se a teoria é relevante pois desenvolve acerca de aspectos da vida humana outrora inimagináveis em bases realistas, é necessário que a práxis a observe e esteja aberta a suas ingerências - já que são inevitáveis -, a fim de que o produto dessa simbiose se aplique na realidade. A impermeabilidade realista e a cegueira na defesa de que a prática, por si só, perfaz a teoria, não traria benefício algum à marcha ascendente da civilização, que, em bases utópicas, almeja, sempre, o que ainda não foi alcançado. Contrariamente, a utopia ingênua, desconectada da análise real do político, produziria não mais que guia imagético para um mundo inalcançável (CARR, 2001).

Por fim, antes de avançarmos no entendimento acerca do pensamento de Edward Carr em *Vinte Anos de Crise*, é preciso enfatizar que, para além da filosofia realista, da crença na *polis* como habitat único do homem e da busca pelo meio-termo, há mais um ponto de conexão entre o autor e



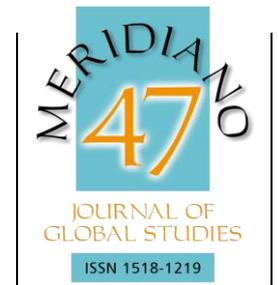
Aristóteles. A interdisciplinaridade, incansavelmente buscada pelo britânico, para sua análise do político nas relações entre Estados, também pode ser observada em Aristóteles. Para o grego, “como a política utiliza as demais ciências e, por outro lado, legisla sobre o que devemos e o que não devemos fazer, a finalidade dessa ciência deve abranger as das outras, de modo que essa finalidade será o bem humano” (ARISTÓTELES, 1991, livro I, parte 2).

O utopismo é inescapável?

Carr não separa utopistas e realistas baseados em suas crenças quanto à exemplaridade histórica e seus usos. Tampouco o fez de acordo com a importância que a ideia de poder tem em suas respectivas análises filosóficas sobre o político. Em último caso, também não os dividiu em razão da centralidade que cada autor dá ao Estado emergente e regulador das ações humanas na *polis* em seus estudos. Para Edward Carr, o fator imperante na distinção entre utopia e realidade bem como na separação dos pensadores é o posicionamento de cada autor e respectivo produto filosófico no campo das antíteses ficção-realidade e ingenuidade-maturidade.

Se pudéssemos, portanto, escolher um único trecho para definir o que para Carr seria utopia e realidade, elegeríamos aquele em que ele apontou as características negativas de cada polo. A fim de identificar o conceito de cada parte da antítese de modo mais profícuo, a exclusão é mais eficiente. Para ele, “o vício característico do utópico é a ingenuidade; o do realista, a esterilidade” (CARR, 2001, p. 18). Ingênuo porque incapaz de embasar-se na realidade humana em convivência na *polis*; estereótipo porquanto inapto a compreender que a realidade é também composta por características utópicas. A ingenuidade, ao nosso entender, está intrinsecamente conectada ao que Carr, por vezes, assinala como ficção do pensamento ou do ideário filosófico-político. Logo, a esse respeito, o autor é tão crítico do utopismo de Platão, que balizou seu pensamento político em uma república inatingível, quanto daquele que ele próprio evidencia em Hobbes, que tem por alicerce para parte de sua análise da natureza humana a vida do homem fora da *polis*, na visão de Carr, inconcebível (CARR, 2001, p. 127). Da mesma forma, é tão crítico do socialismo utópico de Saint-Simon, Fourier e Robert Owen, homens que, segundo ele, “não tentaram analisar a natureza dos interesses de classe (...) simplesmente elaboraram suposições não verificadas sobre o comportamento humano e, sob influência delas, criaram esquemas visionários de comunidades ideais (...)” (CARR, 2001, pp. 10-11), quanto o é no que concerne à política de Stalin, a quem, na inovadora tarefa de promover uma doutrina internacional, imputou a irrealidade de tentar separar a Internacional Comunista da política soviética propriamente dita (CARR, 2001, p. 179).

Carr, portanto, é capaz de encontrar traços de utopismo em pensadores ditos realistas e vice-versa. Ao nosso entender, isso ocorre haja vista a preocupação constante que tem em encontrar o equilíbrio entre utopia e realidade. Nesse sentido de inversão analítica, apesar de conceber o trabalho de Hobbes como importante contribuidor do realismo, o autor é claramente crítico de qualquer análise filosófica acerca da natureza humana que conceba o indivíduo fora da *polis*, ou seja, da vida em comunidade. Logo, enfatiza: “Todas as tentativas de deduzir-se a natureza da sociedade, a partir do



suposto comportamento do homem em isolamento, são puramente teóricas, uma vez que não há razão para se presumir que tal homem tenha existido” (CARR, 2001, p. 127). Da mesma forma, não obstante identifique Maquiavel como o primeiro importante realista político, observa que seu vigor “desmorona no último capítulo de *O Príncipe*, que se intitula ‘*Uma Exortação para Libertar a Itália dos Bárbaros*’” (CARR, 2001, p. 118). Antagonicamente, Carr é benevolente em relação a certos pensamentos ancorados na utopia. No que concerne a seu raciocínio em torno da concepção do Estado, obviamente em relação a *O Leviatã*, adiciona: “É uma ficção ou hipótese necessária; uma ferramenta indispensável criada pela mente humana para lidar com a estrutura de uma sociedade desenvolvida” (CARR, 2001, p. 192).

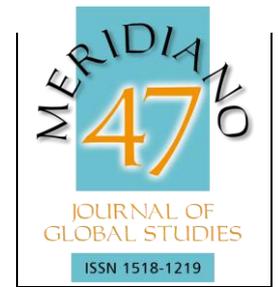
Carr, portanto, não é apenas crítico do utopismo desconectado da realidade e prega sua ancoragem na análise real do político. Ele é também crítico da incapacidade realista de identificar que a pureza não é possível; é crítico da esterilidade realista. Para ele, a “impossibilidade de se ser um realista consistente e completo é uma das mais corretas e curiosas lições da ciência política” (CARR, 2001, p. 117). Isso ocorreria pois “o realismo consistente exclui quatro coisas que parecem ser ingredientes essenciais de todo pensamento político eficaz: um objetivo finito, um apelo emocional, um direito de julgamento moral e um campo de ação” (CARR, 2001, p. 117). Logo, se Maquiavel exortara por finalidade a libertação italiana dos bárbaros, Marx almejou uma sociedade sem classes; Aristóteles, o sumo bem (ARISTÓTELES, 1991, livro I, parte 2.)

Conclusão

Por meio do estudo aqui desenvolvido, foi possível analisar duas vertentes que consideramos indispensáveis no pensamento de Edward H. Carr, em *Vinte Anos de Crise*: capacidade preditiva e aporte filosófico. Seja por sua manutenção no tempo seja pela eficácia com que agregam na compreensão do sistema internacional hodierno, acreditamos ser cabal o contínuo estudo de ambas. A primeira foi possível de ser compreendida por meio da exposição do posicionamento do autor em relação ao *topos historia magistra vitae*, bem como à interdisciplinaridade; a segunda, em razão da análise da filosofia do meio-termo proposta pelo autor. Em nosso entendimento, tanto a interdisciplinaridade quanto a filosofia do meio-termo não são argumento filosófico e metodológicos³ inovadores, já que ambos podem ser localizados em *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, com semelhança espantosa. No entanto, a utilização promovida por Carr, na gênese das Relações Internacionais enquanto ciência, esta, sim, é, por si só, uma inovação.

Apresentamos, portanto, uma análise filosófica do pensamento de Carr em relação ao decurso do tempo, à História enquanto ciência e à interdisciplinaridade, razões da pujança preditiva de seu estudo, para nós. Em seguida, analisamos o meio-termo proposto por Carr à luz do pensamento de Aristóteles. Durante todo o trabalho, buscamos o entendimento do autor em relação à antítese utopia-

³ Sabemos que metodologia, enquanto definição moderna, somente pode ser aplicada após Discurso do Método, de René Descartes, razão pela qual o anacronismo aqui aparente é mera facilitação da explanação.



realidade, ajustando-o entre Maquiavel e Hobbes. Buscamos sobretudo compreender a simbiose entre ambos os polos da antítese por ele buscada.

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- ASSIS, Arthur A. Objectivity and the first law of history writing. *Journal of the philosophy of history*, 13, 1 (2019): 107-128. Disponível em: <<https://doi.org/10.1163/18722636-12341350>>. Acesso em: 22/10/2023.
- ASSIS, Arthur A. Bolingbroke, a política, e os usos da história. *História da Historiografia*, 11, 28 (2018): 304-318. Disponível em: <https://doi.org/10.15848/hh.v11i28.1347>. Acesso em: 22/10/2023.
- BOUTON, Christophe. Learning from History. The Transformations of the *topos historia magistra vitae* in Modernity. *Journal of the Philosophy of History*, 13, 2 (2019): 183-215. Disponível em: <<https://doi.org/10.1163/18722636-12341390>>. Acesso em: 20/10/2023.
- BULL, Hedley. *A sociedade anárquica* Trad. Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- CARR, H. Edward. *Que é história? Conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CARR, Edward H.. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.
- CASTRO, Thales. *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: FUNAG, 2012.
- DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia. *Rev. Tempo e Argumento*, 4, 1 (2012): 5-22. Disponível em: <<https://doi.org/10.5965/2175180304012012005>>. Acesso em: 22/10/2023.
- DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Unesp, 2013.
- HOBBS, Thomas. *Behemoth; or The Long Parliament*. Edited by Ferdinand Tönnies; with an introduction by Stephen Holmes. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1990.
- KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Jr. Power and interdependence, *Survival*, 15, 4 (1973): 158-165, 1973. Disponível em: <<https://10.1080/00396337308441409>>. Acesso em: 22/10/2023.
- KOLBERT, Elizabeth. *A sexta extinção: uma história não natural*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- MACHIAVELLI, Niccolò, 1496-1527. *O príncipe*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.
- MANN, Michael. The role of nationalism in the two world wars. In.: HALL, John A; MALESEVIC, Sinisa (Ed.). *Nationalisms and wars*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W.W. Norton & Company, 2001.
- MAZZUCHELLI, Frederico. A Crise em perspectiva: 1929-2008. Dossiê Crise Econômica. *Novos est. CEBRAP*, 82 (2008): 57-66. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000300003>>. Acesso em: 22/10/2023.
- MORGENTHAU, Hans, J. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: UnB; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.



ROUSSO, Henry. A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história do político. São Paulo: Alameda, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

STUENKEL, Oliver. O mundo pós-ocidental: potências emergentes e a nova ordem global. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

RUANE, Michael E. Putin's attack on Ukraine echoes Hitler's takeover of Czechoslovakia. The Washington Post, 24, fev., 2022. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/history/2022/02/24/hitler-czechoslovakia-sudeten-putin-ukraine/>>. Acesso em: 20/10/2023.

TODOROV, Tzvetan. Les abus de la mémoire. Paris: Arléa, 1995.

TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso. Brasília: UnB, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.



Copyright: This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which allows unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.